

AS BASES COGNITIVAS EPISTEMOLÓGICAS FUNCIONAIS DE CONSTITUIÇÃO DOS DISCURSOS

Pedro José Mascarello BISCH*

Resumo: Este artigo divulga pesquisas desenvolvidas na tese *Contigüité et analogie dans le langage (Contigüidade e analogia na linguagem)*. De acordo com os estudos de Roman Jakobson e de Adhémor Gelb sobre o comportamento de uso da linguagem por afásicos, notou-se um comportamento similar quanto a indivíduos normais, o que foi consignado sob a ação de dois princípios cognitivos epistemológicos: os princípios de contigüidade e de analogia. Segundo uma orientação fenomenológica e lançando mão de trabalhos de Émile Benveniste e Jean-Paul Bronckart, aborda-se presentemente a pragmática da intencionalidade significativa, desenvolvida pelo sujeito enunciador em suas instâncias de discurso – isto o levará a elaborar comunicativamente diferentes tipologias textuais e cotextuais.

Palavras-chave: contigüidade; analogia; afasia; cognição; pragmática.

Nos mecanismos epistemológicos que levam o sujeito ao uso das línguas, a referida tese, *Analogie et contigüité dans le langage*, estudou a difícil problemática que liga a expressão do pensamento à linguagem, problemática vista, então, de acordo com uma atitude intencional significativa que conduz o *sujeito percipiens* às práticas textuais. Salientou-se assim uma atitude intencional, comunicativamente funcional, que o leva à expressão pela linguagem de conteúdos pragmaticamente aplicáveis. Considera-se assim, fenomenologicamente, que todo discurso possui, por característica usual, apresentar-se, normalmente, sem uma preparação prévia dos conteúdos exatos a serem expressos, e que toda produção textual é, assim, o fruto inelutável de uma intencionalidade significativa, que atinge o nível consciente efetivo graças às formas lingüísticas atualizadas. Isso pressupõe, pois, em todos os estágios de atualização do pensamento pela linguagem, uma prévia percepção intencional dos conteúdos a serem expressos.

* Professor Adjunto de Língua e Literatura Francesas da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutor em Ciências da Linguagem pela Universidade de Paris X – Nanterre. mascarello@ig.com.br

O conteúdo fenomenológico destas pesquisas, consignadas igualmente nos trabalhos de 1995, 1998b e 2002, apresenta-se como de importância capital para que se entendam os processos humanos conscientes de conhecimento veiculado pela linguagem. Suscitado inicialmente pela leitura das análises dicotômicas de Roman Jakobson (1963, 1969) – que distinguira, no comportamento lingüístico de um certo tipo de afásicos, lacunas denominadas, por um lado, metafóricas quanto à designação lexemática de objetos de natureza perceptiva sensorial, e, por outro lado, metonímicas na construção linear dos enunciados – o conteúdo de nossas pesquisas se prolongou nas observações efetuadas acerca do comportamento lingüístico normal de crianças, adolescentes e adultos, em especial, em contextos de prática estudantil. Foram observações que vieram, pois, destacar a ressurgência em sujeitos normais de tendências cognitivas nitidamente semelhantes às dos indivíduos afásicos estudados pelo lingüista russo.

Distinguimos, destarte, formalmente, segundo uma primeira abordagem que estuda a intencionalidade significativa em seu deslanchar imediato na atividade consciente das produções textuais, formuladas pelos objetos expressivos língua, dois *âmbitos semântico-referenciais* básicos que fundam a atividade lingüística:

- a) o da subjetividade, ou da 1ª pessoa gramatical, relacionado com uma percepção caracterizada por sua contigüidade imediata, ditada ao *sujeito percipiens* por intuições ditas “derivadas”¹, este âmbito é governado pelo *princípio cognitivo epistemológico de contigüidade* – trata-se de uma organização designativa cujos conceitos lexemáticos, como “precisar”, “gostar”, “detestar”, ainda que a criança desconheça as respectivas unidades lingüísticas que virão designá-los, começa já a dominá-los desde suas primeiras experiências de mundo;
- b) o da objetividade espaço-temporal, cujo alcance associativo de designação por unidades lexemáticas – de caráter referencialmente generalizante face à multidão similar dos objetos sensoriais espacializados – é nitidamente posterior, pois depende do desenvolvimento de capacidades lógicas em relação com um *princípio cognitivo epistemológico de analogia*, graças ao

¹ Precisão proposta por Pierre Jacob, por ocasião de sua conferência *À quoi bon naturaliser la sémantique*, pronunciada na École Nationale Supérieure de Paris, rua de Ulm a 26/02/1997, para assinalar que os fatos em questão dependem de uma percepção sensorial espacializada registrada no âmbito correlato da 3ª pessoa gramatical, que consignamos a seguir.

qual o indivíduo poderá, por um consenso de retenção qualitativa de propriedades e finalidades dos objetos sensoriais, vir catalogar, sob uma designação lexemática geral, esses elementos percebidos, sensorialmente exteriores (WHEWEL, 1967, livro VIII, p. 469).

No caso *a*), sob um ponto de vista exclusivamente gramatical, segundo a orientação lingüística de Émile Benveniste, situa-se integralmente o que registrou nas instâncias comunicativas como “correlação de subjetividade” (1966, p. 235), incluindo o emprego da 1ª e 2ª pessoas gramaticais, pois há uma dinâmica de troca de papéis enunciativos em que, por sua vez, cada um dos interlocutores recorre ao emprego da 1ª pessoa gramatical. Para distinguir-se a instância *a*) da *b*), recorremos a um ponto de vista pragmático-gramatical de base, segundo o que este lingüista denominou “correlação de personalidade” (*ibid.*)². Esta corresponde, na instância *b*), concernindo ao emprego da 3ª pessoa gramatical, à aplicação discursiva de uma “não-pessoa” (*id.*, p. 232) – esta instância possui, como protótipo referenciado, a espacialidade sensorial da coisa, uma vez que incapaz de participar como *pessoa* a qualquer ato de comunicação. A instância *a*), por sua vez, obedece, epistemologicamente, a uma mera atividade formal de designação generalizada de fatos, cujos conceitos, sem a respectiva designação lexemática, o ser humano, como foi dito precedentemente, já domina em seus primeiros contatos prévios com a realidade de mundo – as unidades lexemáticas *a posteriori* não deterão, como já demonstráramos no artigo de 1998b (pp. 168/78), senão traços semânticos nucleares de ordem intrínseca, marcando o grau de intensidade que determinou a conscientização do fato respectivo.

Estes dois âmbitos se acham, quanto à experiência cognitiva que desenvolve o ser humano, orientados temporalmente:

a) o primeiro, da contigüidade subjetiva, age, em suas quádruplas modalidades de *fatos puramente afetivos, volitivos, modalizadores e emotivos*, como manifestações intuitivas oriundas das percepções de ordem sensorial, sob um prisma temporal estreitamente ligado ao instante presente, com reações de prolongamento, que incluem possíveis realizações teleologica-

² Trata-se do famoso art. “Structure des relations de personne dans le verbe”, inicialmente editado no *Bulletin de la Société de Linguistique*, XLII (1946), fasc. 1, nº 126.

te orientadas para um horizonte de futuro;

b) o segundo, da objetividade sensorial exterior, depende da experiência de passado para que haja retenção das características práticas e funcionais dos objetos percebidos que passarão a constituir os traços semânticos dos respectivos sememas lexemáticos – isto permitirá à criança englobar sob uma única designação lexemática tais objetos, registrados sob as classes morfológicas dos substantivos e verbos, assim como os elementos qualitativos semicamente unívocos de que se compõem, que são registrados pelas classes morfológicas dos adjetivos e advérbios.

A partir destas considerações de base, em perfeita coerência com os *âmbitos semântico-referenciais* assinalados anteriormente, pode-se delinear uma sistematização qualitativa quanto à funcionalidade comunicativa dos conteúdos de discurso, distribuídos então em tipologias textuais precisas.

É interessante assinalar, como o fizemos no artigo de 2002 (p. 27), que não há praticamente uma tipologia textual pura, cada texto é suscetível de beneficiar-se de *cotextos* subsidiários que vêm reforçar uma prioridade comunicativa intencional, determinando o tipo de texto básico. É o que se dá, seja com os *textos narrativos*, pelo fato de normalmente não poderem prescindir da colaboração de *cotextos descritivos* – que situam espacial e temporalmente seus conteúdos ou caracterizam seus actantes –, seja com os *textos injuntivos* ou *instrutivos*, que, por exemplo, no gênero textual da escrita publicitária, vêm ser seguidamente sustentados por *cotextos argumentativos*, seja com os *textos informativos*, que podem, por sua vez, conter *cotextos narrativos* ou *descritivos*, contudo sempre em relação direta com a prioridade funcional da novidade de informação que o caracteriza como fundamentalmente *informativo*.

Em uma primeira etapa de sistematização de tipologias textuais produzidas, recorreremos novamente a Benveniste, em especial, à sua distinção entre o que seriam as instâncias de utilização da linguagem como “discours” e “histoire” (1966, p. 238)³. Isto veio permitir que se

³ Traduzimos esta dualidade por “discurso” e “relato histórico”. Trata-se aqui do art. “Les relations de temps dans le verbe français”, inicialmente publicado no *Bulletin de la Société de Linguistique*, LIV (1959), fasc. I.

delineassem dois grandes grupos de textos: os que concernem a cada uma destas instâncias pragmáticas distintas.

Por um lado, apresenta-se a tipologia correspondente a *relatos históricos* ou “*récits historiques*” (*id.*, p. 242), a dos *textos narrativos*. Estes, acompanhados dos seus inalienáveis *cotextos descritivos*, acham-se dominados pela referência de conteúdos temporais de experiências de passado com suas *formas verbais aspectuais* características, definidas pelas línguas em valores estilísticos precisos (BALLY, 1951)⁴. Sua tipologia prototípica é a da narração na 3ª pessoa gramatical, caracterizada por Benveniste, como já se assinalou precedentemente, sob o estatuto de uma “não-pessoa”. Caracteriza-se ela por desenvolver, em seus conteúdos referenciados de base – tributários, assinala-se, de uma espacialidade sensorial –, uma cronologia de fatos prováveis (Barthes, 1964: 238/9), munidos do que caracterizamos como uma “universalidade probatória” (1995: 71/2, 1998b: 169). A *tipologia textual narrativa* inclui inevitavelmente evento ou eventos obstáculo ao desenvolvimento do(s) projeto(s) narrativo(s) – na ausência desta entidade obstáculo, o *texto* viria limitar-se a apenas um *texto* meramente *descritivo*.

Por outro lado, encontra-se o grupo das tipologias textuais de *discurso*, que se encontram caracteristicamente dominadas por conteúdos temporais de presente, ou seja, de concomitância comunicativa mais ou menos imediata à produção textual, podendo incluir relações dêiticas significativas ao expressar direta ou indiretamente fatos subjetivos afetivos ou cognitivos, registrados pelo enunciador. Em contraposição à tipologia descritivo-narrativa precedente, as presentes tipologias se caracterizam, em particular, por deter em seus conteúdos orientações que visam, como já anunciamos, a realizações prospectivas em possíveis experiências mais ou menos prováveis de futuro, o que o Groupe d’Entrevernes consignou nas unidades lexicais de base sob a égide de um sema de “futurible” (1985, p. 117/8).

Neste grande grupo, distinguir-se-ão os textos que empregam fundamentalmente as formas verbais que atuam no raio de um presente referenciado, com valores comunicativos dêiticos de base – caso dos *textos informativos, explicativos, injuntivos e poéticos*, que evi-

⁴ Faz-se aqui referência à particularidade posta em valor pelo lingüista suíço na obra citada, quanto à especificidade de existência de uma estilística própria a cada idioma, que consideramos presente tanto em línguas munidas de uma escrita, quanto naquelas que conhecem unicamente uma expressividade falada.

denciam uma inelutável interação comunicativa – daqueles cujo emprego característico desta mesma forma verbal reveste-se de um valor de definição (BENVENISTE, 1966, p. 239) ou genérico, sem características de atualização dêitica em sua objetividade cognitiva de conteúdo, caso ilustrado pelos *textos dissertativos*, quer apenas *expositivos*, quer igualmente *argumentativos*. No primeiro caso, teremos, como assinalou Jean-Paul Bronckart (1985, p. 67/87), “discursos em situação” e, no segundo caso, “discursos teóricos”.

Os *textos informativos* – de que se abstrai a idéia generalizada de que “todo texto informa” – caracterizar-se-ão pela prioridade dada ao conteúdo, essencialmente, de novidade desconhecida que o emissor comunicará a seus eventuais destinatários: é o que salientarão os textos dos gêneros, entre outros, epistolar e jornalístico. Diferirão dos *textos explicativos*, na medida em que estes prestam esclarecimentos sobre algo pouco conhecido, ou do que se tem um conhecimento imperfeito – é o caso de todo verbete de dicionário, e dos documentários, isto é, instâncias comunicativas em que o destinatário possui algum conhecimento sobre o tema abordado. Por sua vez, os *textos injuntivos* ou *instrutivos* veiculam em seu conteúdo um comportamento que o emissor desejaria que fosse adotado pelo(s) destinatário(s) – é o caso de textos de receitas culinárias, de bulas de medicamento, de propagandas.

Quanto aos *textos poéticos*, pertencem, por razões que lhes são próprias, à classe de *discurso em situação*, na medida em que o *sujeito percipiens* enunciador não domina voluntária e referencialmente o conteúdo veiculado pela mensagem. Expressam a ressurgência à consciência do enunciador fatos subjetivos ressentidos, fenomenologicamente, graças à sua incidência intensiva, como frisou Henri Bergson em sua tese (1927, p. 4-55). Trata-se aqui de fatos pertencentes à categoria dos *fatos subjetivos afetivos*, em suas quatro subclasses, de incidência simultânea ou não entre elas: *fatos puramente afetivos*, *volitivos*, *emotivos* ou *modalizadores*. Incluem, conseqüente e concomitantemente, por sua expressão lingüística textual, *fatos subjetivos cognitivos* respectivos, automaticamente registrados pelo *sujeito percipiens*.

No que concerne à categoria específica dos *fatos subjetivos cognitivos*, seu comportamento de ressurgência perceptiva à consciência – governada por uma intencionalidade, muitas vezes não dominada pelo *sujeito percipiens*, isto nos casos ditos de lacuna de memória – é similar. Esta instância epistemológica é atestada pela lingua-

gem, na impraticabilidade de certos enunciados, como o virtual intrínseco – isto é, ao nível da objetividade da mensagem – de *fatos subjetivos cognitivos* como o de “Logo mais vou saber a lição”, e *puramente afetivos*, como o de “Amanhã vou gostar deste bolo”. (Ambos, a um segundo nível extrínseco – isto é, ao nível da consciência reflexiva do próprio enunciador – são duplamente *fatos subjetivos cognitivos*.) A impraticabilidade destes exemplos, que os colocam ao nível do imponderável, confirma o acertado da reflexão bergsoniana (ibid.), segundo a qual os fatos próprios à subjetividade afloram à consciência do sujeito, independentemente de sua vontade, e, se porventura isso acontece, faz-se graças a uma incidência intensiva dos mesmos, o que vem confirmar o enigmático rimbaldiano de que “eu é um outro” (1972, p. 250)⁵.

Os *textos dissertativos* se mostram, na área das manifestações de discurso, como uma tipologia em que o enunciador expressa um *fato subjetivo cognitivo* – acha-se igualmente submetido, como os *fatos subjetivos afetivos*, a ressurgências imponderáveis de consciência – estes fatos subjetivos se opõem ao provável⁶ dos fatos perceptivos sensoriais espacializados, a que se aludiu anteriormente, correspondentes ao manejo lingüístico do âmbito semântico-referencial da 3ª pessoa gramatical. Como já se assinalou também, esta *tipologia textual* diz respeito a um *discurso teórico* que se caracteriza pelo emprego característico da *forma verbal* de presente do indicativo sob um avatar de genericidade, com um valor intemporal de definição – como assinalara Benveniste (1966, p. 239) –, portanto, não dêitico. Distinguem-se em uma dupla sub-tipologia: *textos dissertativos* apenas *expositivos*, cujo conteúdo expressa unicamente a(s) idéia(s) tida(s), sem defendê-la(s), e *textos dissertativos argumentativos*, em que a(s) idéia(s) acha(m)-se justificadas e, em um estado mais intensivo e elaborado, confrontada(s) com a expressão de suas eventuais antíteses.

⁵ Neste caso, é interessante notar a interpretação não fenomenológica dada por Émile Benveniste, que analisa o dito do poeta como prova de uma “alienação mental” (1966, p. 230).

⁶ Ao nível literário, de acordo com este princípio fenomenológico, referimo-nos novamente a Barthes (1964, p. 238/9), que percebe a imaginação romanesca como “ *provável*”, por oposição à imaginação poética que se apresenta como “ *improvável*”.

BISCH, P. J. M. Functional epistemological cognitive basis of discourse constitution

Abstract: *This paper aims at divulging researches developed in the thesis **Contigüité et analogie dans le langage (Contiguity and analogy in language)**. According to Roman Jakobson and Adhémar Gelb's studies on language use behavior by aphasics, it was realized a similar behavior concerning to other individuals, what was consigned under action of two epistemological cognitive principles: principle of contiguity and principle of analogy. Based on phenomenological orientation and taking as theoretical framework Émile Benveniste and Jean-Paul Bronckart, meaningful intentionality pragmatics will be approached presently by enunciator-subject in discourse instances – what will allow elaborating, communicatively, different textual and co-textual typologies.*

Keywords: *contiguity; analogy; aphasia; cognition; pragmatics.*

Referências

BENVENISTE, É. **Problèmes de linguistique générale**, 1 e 2. Paris: Gallimard, 1966, 1974.

BALLY, C. **Traité de stylistique française**. Paris: Klincksieck (3^a ed.), 1951.

BARTHES, R. “La métaphore de l’oeil”, **Essais critiques**, pp. 238-245. Paris: Seuil, 1964.

BERGSON, H. **Essai sur les données immédiates de la conscience** (1889). Paris: P.U.F., 1927.

_____. **Matière et mémoire**. Paris: P.U.F., 1939.

BRONCKART, Jean-Paul. **Le fonctionnement des discours**. Lausanne: Delachaux & Niestlé, 1994.

GELB, A. “Remarques générales sur l’utilisation des données pathologiques pour la psychologie et la philosophie du langage”, In: **Essais sur le langage** (org. J.-C. Pariente). Paris: Minuit, pp. 227-256, 1969.

GREIMAS, A. & COURTÉS, J. **Sémiotique. Dictionnaire raisonné**

de la théorie du langage. Paris: Hachette (2 t.), 1979, 1986.

GRUPE D'ENTREVERNES. **Analyse sémiotique des textes.** Lyon: P.U.L. (5^a ed.), 1985.

HUSSERL, E. **Idées directrices pour une phénoménologie et une philosophie phénoménologique pures**, t. 1 (trad. P. Ricoeur). Paris: Gallimard, 1950.

_____. **Logique formelle et logique transcendantale** (trad. S. Bachelard). Paris: P.U.F., 1957.

_____. **Leçons pour une phénoménologie de la conscience intime du temps** (trad. H. Dussort). Paris: P.U.F., 1964.

JAKOBSON, R. "Deux aspects du langage et deux types d'aphasie", **Essais de linguistique générale**, t. 1 (trad. N. Ruwet). Paris: Minuit, pp. 43-67, 1963.

_____. **Langage enfantin et aphasie** (trad. U. Canger, R. Zigouris). Paris: Minuit, 1969.

KANT, E. "Sur le lieu commun: il se peut que ce soit juste en théorie, mais, en pratique, cela ne vaut point" (1793; trad. L. Ferry), "Anthropologie et pédagogie" (1798; trad. P. Jalabert), **Oeuvres philosophiques** (vol. III). Paris: Pléiade; pp. 249-300, 931-2003; 1986.

KLEIBER, G. **La sémantique du prototype.** Paris: P.U.F., 1990.

LÉARD, Jean-Marcel. "Quelques aspects morpho-syntaxiques des syntagmes et des phrases génériques", In: **Rencontre(s) avec la généricité** (org. G. Kleiber), pp. 133-155. Paris: Klincksieck, 1987.

MASCARELLO-BISCH, P. **Présent et accès au langage** (dissertação em Ciências da Linguagem). Biblioteca de Letras e Ciências da Linguagem, Universidade Paris X-Nanterre (200, av. de la République, bl. L, s. 322, 92000 Nanterre, França): 1995.

_____. "Nouveaux ciblage pour le développement des productions textuelles et la lutte contre l'illettrisme", **Réfléchir sur la langue pour**

enseigner le français de la maternelle à l'université (org. M.-L. Elalouf). Paris: Delagrave/C.R.D.P. de Versailles, pp. 91-102, 1998a.

_____. "L'appréhension de l'indicible subjectif", L'indicible et ses marques dans l'énonciation (org. J.-J. Franckel, C. Normand). **LINX**, Nanterre, França, n° especial 1998 (3º trimestre), pp. 167-193, 1998b.

_____. "Problemas de Produção textual", In: **Recortes lingüísticos**. Vitória: Saberes, 2000, 31-41.

_____. **Analogie et contiguïté dans le langage** (tese em Ciências da Linguagem). Biblioteca Central da Universidade Paris X-Nanterre (200, av. de la République, 92000 Nanterre, França): 2001.

_____. "Critérios de Tipologia Textual", In: **Fala palavra 2**. Aracruz, vol. 2, pp. 19-31, novembro 2002, anual.

MERLEAU-PONTY, M. **Phénoménologie de la perception**. Paris: Gallimard, 1987.

RIMBAUD, A. Lettre à Paul Demeny du 15/05/1871, In: **Oeuvres complètes**, pp. 249-254. Paris: Pléiade, 1972.

WHEWEL, W. **The philosophy of the inductive sciences founded upon their story** (1857). Londres: F. Class, 1967.